

## Carnaval a cavalo faz parte da folia em Bonfim

\_\_\_\_\_ Páginas 08 e 09



Angelo Figueira Silva

A tradição existe desde os primeiros tempos da cidade e continua viva passando por de várias gerações das famílias locais



PEQUENOS OLHARES  
SOBRE O PATRIMÔNIO

Você conhece?



\_\_\_\_\_ Confira na página 09

Saiba mais sobre o ICMS  
Patrimônio Cultural

\_\_\_\_\_ Páginas 04 e 05

Procuradora da República  
fala sobre trabalho na área  
de patrimônio cultural

\_\_\_\_\_ Páginas 06 e 07

**Impresso  
Especial**

7397091256-DR/MG  
IEPHA/MG

...CORREIOS...



## Palavra do Presidente

fernando.cabral@iepha.mg.gov.br

**E**m todo o país, o Carnaval é época de trios elétricos e grandes desfiles de escolas de samba. É, também, momento de resgate de tradições e festas populares seculares. Aqui em Minas, dezenas de blocos caricatos, bandas de fanfarra e antigas marchinhas ganham as ruas e garantem a perpetuação da folia carnavalesca, geração após geração.

Algumas destas manifestações, bens imateriais de nossa rica cultura, vêm desde o tempo dos escravos. Uma delas é a Dança da Alegria, em que os negros pintavam animais e confeccionavam máscaras com cuias, saindo pelas ruas para realizar seus desfiles. Em Mariana, o batuque dos escravos se uniu a uma tradição carnavalesca trazida pelos portugueses e deu origem ao bloco folclórico do Zé Pereira da Chácara, fundado há mais de 160 anos e que ainda hoje sai às ruas com seus bonecos caricatos. Em Ouro Preto, a tradição do Zé Pereira dos Lacaio também se mantém há mais de 140 anos, quando surgiu como uma sátira aos “capachos” engomados da então sede da administração estadual.

O Zé Pereira é uma tradição mineira tão antiga quanto atual, tendo servido, ao longo dos tempos, como um valioso registro de momentos políticos, culturais e de comportamento da sociedade mineira. Imbuídos desse espírito carnavalesco, nesta edição, dedicamos um espaço especial aos bonecos caricatos gigantes. Na seção *Tradição* (página 12), contamos um pouco desta história e de sua importância para o povo mineiro.

Outro destaque da edição é o Carnaval a Cavalinho de Bonfim (páginas 8 e 9), festejado desde 1840, sempre nos mesmos moldes e com a mesma empolgação. Na cidade, cavaleiros e amazonas se preparam, durante o ano inteiro, para apresentar ao público um espetáculo irretocável em todos os sentidos.

Em meio a toda essa festa, merece destaque a ação realizada pelo Ministério Público, por meio de parceria firmada com o Iepha/MG. Trata-se de um documento que especifica quais medidas os municípios devem adotar para que as belas folias aconteçam de forma segura, sem danos e em completa sintonia com a preservação do patrimônio histórico. Sabemos que os festejos foram planejados com muito carinho nas mais diversas localidades do Estado. Assim, fica a expectativa de que possamos desfrutar mais uma vez de espetáculos maravilhosos, riquíssimos e consagrados a tal ponto de se tornarem a marca do nosso Carnaval.

Agora só nos resta aproveitar!

**Fernando Viana Cabral**  
Presidente

## Peça Desaparecida

**A** Santa Efigênia, pertencente ao acervo da Igreja Matriz de Santa Cruz, em Chapada do Norte, tombada pelo Iepha, foi furtada em setembro de 1994, junto com outras imagens e uma cruz processional.

Datada de meados do século 18, a peça é em madeira esculpida policromada e tem as seguintes medidas: 80cm de altura, 40cm de largura e 28cm de profundidade.

Informações sobre a peça pelo telefone (31) 3235-2800 ou pelo faleconosco no site do Iepha/MG.



Divulgação

## Expediente

### GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador: Antônio Augusto Anastasia  
Vice-governador: Alberto Pinto Coelho

### SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretária: Eliane Parreiras  
Secretária adjunta: Maria Olívia de Castro e Oliveira

### INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Fernando Viana Cabral  
Vice-presidente: Pedrosvaldo Caram Santos  
Chefe de Gabinete: Danielle Faria  
Diretor de Conservação e Restauração: Renato César J. de Souza  
Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças: Dirceu Alves Jacome Júnior  
Diretora de Proteção e Memória: Angela Maria Ferreira  
Diretora de Promoção: Marília Palhares Machado

### BEM INFORMADO – INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Textos e edição: Beatriz Teixeira de Salles (MG 03802JP)  
Textos: Érika Santos (MG 012987JP), Ludymila Toledo (MG 11656JP)  
Diagramação: Pablo do Prado Soares  
Fotos: Izabel Chumbinho  
Impressão em papel Reciclado 90g/m<sup>2</sup> - Tiragem: 2.600 exemplares - Periodicidade: mensal  
Impressão e acabamento: Rona Editora



CULTURA

Praça da Liberdade, s/nº - 4º andar | CEP: 30140-010 Belo Horizonte - MG  
Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | www.iepha.mg.gov.br  
Envie sua sugestão para: jornal@iepha.mg.gov.br

# Lambe-lambes agora são patrimônio imaterial de BH

**B**elo Horizonte acaba de concluir seu primeiro processo de registro de bem cultural imaterial, o do ofício do fotógrafo lambe-lambe. Personagens do hipercentro da capital mineira há quase um século, estes profissionais passaram pelos mais diversos acontecimentos, e sofreram o impacto da invenção e disseminação da fotografia digital. Hábidosos na arte de se adaptar a novas realidades, tanto técnicas quanto sociais, os lambe-lambes souberam, ao longo do tempo, reinventar o seu ofício para se manterem atuantes no espaço urbano.

No trabalho de pesquisa realizado pela Diretoria de Patrimônio Cultural do município para o registro, a trajetória do ofício reconta muito mais do que o dia-dia desses profissionais ou do universo da fotografia. As histórias acabam por se cruzar com a memória da cidade, seus habitantes e as relações que dali nasciam. O documento foi elaborado entre 2008 e 2011, em três etapas: levantamento preliminar, identificação e documentação, tendo sido estudados profissionais do Parque Municipal e da Praça Rui Barbosa, ambos no centro da capital, bem como de algumas localidades no interior nas quais o ofício continua presente.

*Dentre algumas explicações para o nome do ofício, a mais recorrente remonta ao período em que os fotógrafos utilizavam as chapas de vidro como negativo. Eles costumavam lambe estas chapas para identificarem o lado em que se encontrava a emulsão, praticamente imperceptível a olho nu.*

Ao longo do estudo para aprovação do registro foram realizados diversos encontros com os fotógrafos lambe-lambes, a fim de conhecer um pouco mais sobre sua memória e a situação atual do ofício. Uma curiosidade sobre o trabalho foi um chamamento público, realizado pela equipe de pesquisadores, com o apoio de veículos de comunicação locais. A população foi assim convidada a colaborar na realização do registro do ofício dos fotógrafos, fornecendo cópias de fotografias tiradas pelos lambe-lambes ou, ainda, relatando histórias e experiências referentes aos fotógrafos.

## | Técnica vinda da Europa

Os primeiros fotógrafos de rua e suas câmeras chegaram a Belo Horizonte por volta de 1920, quando a cidade crescia e atraía imigrantes em busca de novas oportunidades de trabalho. Vindos, sobretudo, da Europa, eles trouxeram consigo novas técnicas de fotografar e de revelar ao ar livre, tornando-se a primeira geração de fotógrafos lambe-lambes da cidade.

A princípio, quando estes fotógrafos surgiram, eles documentavam a família, casais de namorados, noivos, crianças, pessoas que vinham para uma cidade grande e queriam registrar sua viagem ou, ainda, comprovar que estiveram em um determinado lugar da capital. Em seguida, foram profundamente favorecidos pelo aumento da demanda por fotografias para documentos, já que, na época, eram os únicos profissionais que revelavam as fotos, tiradas em chapas de vidro, em 20 minutos, enquanto os estúdios solicitavam um prazo de até três dias.

O primeiro espaço público da cidade a receber os lambe-lambes foi o Parque Municipal. Atualmente, apenas nove fotógrafos, alguns com ajudantes, permanecem trabalhando no local. Na Praça Rui Barbosa, ou Praça da Estação, outro profissional completa o rol dos dez últimos lambe-lambes ainda na ativa em BH.

## | Exposição abre plano de valorização e salvaguarda

Por meio do registro, Belo Horizonte pretende conferir reconhecimento e legitimidade ao ofício de lambe-lambe e promover a sua salvaguarda. Entre as primeiras medidas tomadas pela Prefeitura para evitar a sua extinção, o registro foi acompanhado, em dezembro, do lançamento de documentário e da abertura de uma exposição fotográfica.

Na mostra *Fotógrafo lambe lambe: retratos do ofício em Belo Horizonte* – em cartaz na Casa do Baile, na Pampulha, até o dia 29 de abril – o profissional é apresentado em duas vertentes. A primeira revela como esses fotógrafos, ao longo de décadas, vêm estabelecendo diferentes relações com os espaços públicos e a população, transformando-se em cronistas visuais da cidade e guardiões de recortes de sua memória coletiva. A segunda mostra como os personagens são propositores de uma estética popular e design por meio dos usos de suas engenhocas e da arte de fotografar.



# Para entender o ICMS Patrimônio Cultural

Acervo Lepha/MIG



depositados mensalmente na conta da prefeitura, aumentando sua arrecadação e permitindo a realização de projetos de interesse local.

**O valor que as prefeituras recebem, proveniente do ICMS Patrimônio Cultural, tem, obrigatoriamente, de ser utilizado na área de patrimônio?**

Não. Esta parcela do ICMS é um direito previsto na Constituição Federal de 1988. O uso do valor recebido é de livre escolha do município. Como o repasse está condicionado à existência de uma política local de proteção ao patrimônio cultural, espera-se que este mesmo patrimônio seja o destinatário do recurso para fortalecer a mesma política, criando um ciclo de vantagens para o setor.

**Para pontuar no ICMS Patrimônio Cultural é obrigatório ter Conselho Municipal do Patrimônio?**

Um dos requisitos do ICMS Patrimônio Cultural é que o município possua um sistema local de patrimônio cultural, tendo o conselho como líder, sendo exigidas minimamente reuniões bimestrais. Sua composição deve contar com a participação da sociedade organizada para que os anseios da comunidade, sujeito principal da política, sejam contemplados. “A comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio”, já dizia Aloísio Magalhães, lá pelos idos de 1980. A função do conselho é definir as diretrizes da política de proteção ao patrimônio cultural e acompanhar sua implantação para garantir os resultados pretendidos. A atual deliberação normativa do Conep define que, caso o município envie toda a documentação, mas não tenha comprovadamente um conselho atuante, a análise será realizada, mas o município não receberá nenhuma pontuação.

**A** deliberação do lepha para o ICMS Patrimônio Cultural, em vigor atualmente, indica diversas atividades que auxiliam os municípios a se estruturarem administrativamente para ter seu patrimônio cultural preservado. O repasse de parte do imposto recolhido às cidades é importante ferramenta para as políticas municipais de proteção; políticas estas que – vale ressaltar – só alcançam resultados se houver continuidade.

No último ano, 718 municípios pontuaram no ICMS Cultural, o que mostra o alcance da iniciativa. Após 16 anos de sua implantação, o programa ainda levanta algumas dúvidas, tanto por parte dos interessados na pontuação, quanto por parte da população. Confira nesta matéria, as mais frequentes.

**Quando um bem é tombado ou inventariado pelo município e sua documentação é enviada para análise do ICMS, significa que ele passa a ser tombado ou inventariado pelo lepha?**

Não. Um bem cultural pode ser tombado ou inventariado em três níveis: Federal, Estadual e Municipal. Ele pode ser protegido em qualquer um dos níveis ou em todos eles. Para ser tombado ou inventariado pelo lepha, ele deve ser alvo de extensa pesquisa feita pelo corpo técnico da casa e ser aprovado pelos membros do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – Conep –, que avaliarão o mérito do bem cultural na história do Estado. Independentemente do nível, o tombamento do bem cultural tem o mesmo resultado: este não poder ser demolido, destruído nem mutilado. A diferença é que a esfera que tiver proposto o tombamento será responsável por fiscalizar e monitorar as ações de conservação para que tais efeitos sejam alcançados. Quando os tombamentos são enviados para análise do ICMS, caso tenham sido realizados com a técnica indicada pelo lepha, receberão pontuação a ser contabilizada para cálculo da nota final do município.

**Qual o valor de cada ponto?**

O valor de cada ponto é variável, pois depende da arrecadação do Estado no ano de repasse dos recursos e do Índice de Patrimônio Cultural – PPC – do município. Em 2011, o valor médio do ponto foi de R\$ 9.190,36. Os valores do repasse são

**Qual é a função do setor municipal de patrimônio cultural?**

Se ao conselho cabe definir as diretrizes da política local de proteção ao patrimônio cultural, ao setor cabe realizar as atividades, segundo essas diretrizes, para alcançar os resultados que a comunidade espera. Enquanto o conselho deve ser composto por representantes do poder público que tenham interface com a política de patrimônio cultural e pela sociedade civil, o setor deve ser composto por especialistas para que o trabalho seja desenvolvido com técnica e metodologia adequadas. Só este conhecimento e a integração harmônica dos diversos atores do processo garantem a preservação do patrimônio cultural. Em outras palavras, é preciso saber quais os resultados se quer atingir – função do conselho – e também como alcançá-los – função do setor –, preferencialmente com subsídio financeiro do Fundo.

**Como o conselho e o setor municipal de patrimônio devem atuar para fortalecer a política local de patrimônio cultural?**

Tanto o conselho como o setor de patrimônio municipal devem buscar envolver a comunidade para salvaguardar o patrimônio cultural em sua integralidade. No conselho, a comunidade tem voz e voto, por meio de seus representantes, na definição da política de proteção ao patrimônio cultural. Toda vez que um assunto é colocado em discussão, os representantes da sociedade civil devem deliberar de acordo com os valores da comunidade.

O setor deve realizar ações de educação patrimonial de forma contínua e sistemática, por meio de cursos de formação de multiplicadores ou atuando diretamente junto aos diversos públicos. Os resultados da educação patrimonial serão alcançados quando o cuidado pelo patrimônio for uma ação da comunidade. Educar é gerar mudança de atitude. Importante salientar que esses dois atores da política devem trabalhar em consonância com as condições do patrimônio cultural local, em permanente diálogo. As informações obtidas devem ser disseminadas entre eles para que as tomadas de decisão sejam as mais apropriadas para o contexto local.

**Como faço para acompanhar a pontuação do ICMS e saber o valor que a prefeitura está recebendo no critério patrimônio cultural?**

A pontuação provisória, divulgada até o dia 20 de junho, e a definitiva, divulgada até 20 de julho de cada ano, são disponibilizadas no site do Iepha ([http://www.iepha.mg.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=96&Itemid=151](http://www.iepha.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=96&Itemid=151)) e o valor de repasse é disponibilizado no site da Fundação João Pinheiro ([http://fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php?option=com\\_jumi&fileid=7&Itemid=70](http://fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php?option=com_jumi&fileid=7&Itemid=70)). No fim do ano é também disponibilizado em ([http://www.iepha.mg.gov.br/component/docman/cat\\_view/23-legislacao/33](http://www.iepha.mg.gov.br/component/docman/cat_view/23-legislacao/33)

07-repasse-de-verba-do-icms-patrimonio-cultural).

**O município que recebe maior pontuação tem direito a alguma bonificação?**

Não. O ICMS não é uma disputa de quem preserva mais, apenas um instrumento que incentiva os municípios a cuidarem de seu patrimônio cultural.

**Por quanto tempo as prefeituras devem guardar a documentação referente ao ICMS Patrimônio Cultural relativa à política municipal de proteção ao patrimônio cultural?**

Atendendo ao disposto na Constituição Federal, que determina que seja dado amplo acesso aos documentos da administração pública, todos aqueles que comprovam as ações da prefeitura devem ser mantidos em arquivo para consulta. O tempo que esses documentos ficarão guardados depende da política de arquivos de cada município, por meio dos instrumentos do Plano de Classificação por Assunto e da Tabela de Temporalidade e Destinação Documental. Essa deve ser proposta em consonância com o Conselho Nacional de Arquivos – Conarq.

## Museu mineiro é reaberto

Às vésperas de completar 30 anos e após um completo trabalho de restauração, ampliação e readaptação física, o Museu Mineiro acaba de ser reaberto ao público em Belo Horizonte. O trabalho, que contou com todo o suporte e acompanhamento do Iepha, durou cerca de três anos.

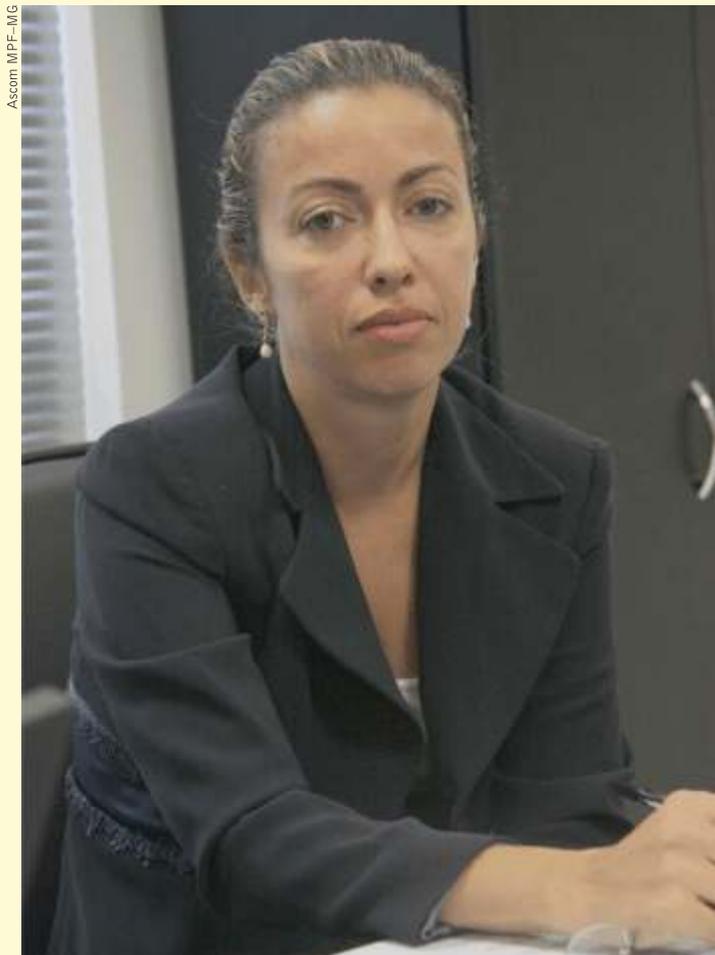
As salas de exposição ganharam nova museografia, que inclui projeto lumino-técnico e sistema elétrico restaurado e modernizado. O museu passou a contar também com uma Sala de Exposição Temporária, com 200 metros quadrados, e um espaço multiuso, para palestras e cursos, equipado com computadores.

Instalado em uma antiga e luxuosa residência do século 19, na Avenida João Pinheiro, o Museu Mineiro abriga um rico acervo de arte sacra mineira que documenta, de forma material e simbólica, momentos distintos da formação da cultura mineira. Atualmente, reúne 36 coleções, vindas de diversas instituições e de particulares com quadros e esculturas, peças de arte sacra e de mobiliário, utensílios domésticos e objetos de uso pessoal, instrumentos de trabalho e de castigo, insígnias e armarias, entre outros.



A solenidade de reinauguração foi marcada pela abertura da mostra *Coleções do Museu Mineiro* – com obras da Coleção Arquivo Público, Coleção Geraldo Parreiras, Coleção Pinacoteca do Estado e Coleção Amigas da Cultura. Na Sala de Exposição Temporária, também foi aberta a mostra *Palavras: dos homens, das coisas, das plantas e dos animais*, que reúne 145 desenhos criados por 71 professores índios de seis diferentes etnias de Minas Gerais.

# Desenvolvimento sustentável e preservação



Ascom MPF-MG

*Zani Cajueiro Tobias de Souza, carioca, atualmente é procuradora da República do Ministério Público Federal em Minas Gerais e membro do Grupo de Trabalho de Patrimônio Cultural do Ministério Público Federal.*

**Quais têm sido as principais frentes de trabalho do MPF atualmente no que se refere ao patrimônio mineiro?**

O MPF tem buscado uma atitude proativa. Temos acompanhado, desde a fase de licença prévia, alguns importantes licenciamentos ambientais, principalmente minerários e na área de infraestrutura, buscando evitar ou ao menos mitigar os danos ambientais. Há intensa preocupação, também, com o que diagnosticamos como uma lacuna na interlocução entre os órgãos, dos diferentes entes federativos, no trato da matéria. Não raro atos administrativos, ou mesmo a legislação municipal e estadual, se contrapõem à federal ou a olvidam por completo, o que nos parece bastante grave, na medida em que gera uma falsa sensação de segurança jurídica ao particular/empreendedor. Tem-se tentado, por meio também das recomendações, e não somente de ações civis públicas, mostrar ao administrador caminhos que se pautam pela legalidade e constitucionalidade.

**A senhora poderia falar um pouco sobre os principais projetos na pauta deste início de ano e sobre conquistas recentes?**

Minas Gerais participa, hoje, ativamente coordenando em grupo de trabalho que trata especificamente da temática “patrimônio cultural” no Ministério Público Federal. Isso implica em absorver experiências de outros Estados, mas, principalmente, em levar experiências bem sucedidas da vanguarda mineira para o resto do país. Tomamos como exemplo o trabalho desenvolvido em conjunto com o Iphan, instituição co-irmã do Iepha, na produção de termo de referência para a pesquisa arqueológica, patrimônio cultural importantíssimo e que tem em Minas Gerais o maior celeiro de sítios arqueológicos extremamente significativos, a área da APA Carste de Lagoa Santa. O MPF tem fomentado e exigido que o licenciamento ambiental, em qualquer esfera – e principalmente nos empreendimentos de significativo impacto ou em áreas sensíveis – observem as particularidades do tema. A arqueologia, portanto, é prioritária.

Noutro giro, este primeiro semestre significará um ponto de inflexão na forma das tratativas acerca do espólio da RFFSA. O trem faz parte do imaginário mineiro e, apesar de três anos de esforços junto a diversas entidades, ainda não foi conferido trato, além do pontual, para o incomensurável espólio da Rede Ferroviária. Por fim, creio firmemente que o Ministério Público Federal está vocacionado e constitucionalmente talhado para a interlocução com gestores locais e também organismos internacionais. Temos a honra de trabalhar em Minas Gerais e poder lidar com os denominados “patrimônios da humanidade” no dia a dia. Isso implica em uma responsabilidade imensa, que se traduz na necessidade de acompanhar os *reportings* que vêm sendo enviados à Unesco sobre nossos monumentos e atuar, na prática, para que as medidas neles indicadas sejam concretizadas.

No que tange às conquistas recentes, poderia elencar os cumprimentos de recomendações, termos de ajustamento de conduta ou mesmo ganhos em ações civis públicas. Não gostaríamos, contudo, de colocar o Ministério Público apenas como a Instituição que fiscaliza e cobra, mas – e principalmente – aquela que auxilia na prevenção do dano e que fomenta e articula a atuação das demais.

**Em diversas ocasiões, a senhora tem defendido o envolvimento dos cidadãos comuns e o fortalecimento de ONGs como importante meio de avanço do trabalho do MP. Que tipo de ações poderia orientar esta participação civil?**

Creio, firmemente – e aí falo em primeira pessoa – que o Ministério Público não pode tentar se sobrepor ou mesmo substituir os entes que participam do licenciamento ou a sociedade civil. Cada um possui seu papel e o do Ministério Público é fomentar a atuação e fiscalizá-la. Vejo claramente que a sociedade civil depende, e muito, do Ministério Público: tanto como interlocutor junto às instituições – o povo ainda não é ouvido por várias delas; quanto como autor de ações civis públicas, cuja legitimidade foi plenamente conferida à sociedade civil pela Constituição, ainda em 1988. Parece-me claro que isso é uma distorção grave, pois o MP trabalha em nome da sociedade, mas não pode ser a própria sociedade, nos seus mais diferentes matizes.

Pode parecer, em um primeiro momento, contraditório que um membro do Ministério Público se mostre refratário ao que, na prática, tem conferido enorme poder à Instituição: uma atuação ainda embrionária da sociedade civil na tutela coletiva. Mas isso é uma análise superficial. Uma sociedade forte, consciente,

# ação do patrimônio

exigirá, por certo, que seu fiscal independente, o Ministério Público, também seja forte. Por outro lado, a efetividade da atuação ministerial não se perderá em questões que poderiam ter a solução pulverizada na atuação, também, de outros entes. Sob outra ótica, as ONGs são efetivamente parceiras do MP, não somente quando fazem as representações, mas também quando auxiliam na fiscalização das recomendações, no cumprimento dos acordos e das sentenças. E isso tem se mostrado produtivo com várias delas em Minas Gerais. A ponto de trocarmos e-mails solicitando que avisem o MPF quando de alguma intervenção em área embargada, de perigos eminentes e outros.

Há muitas formas de orientar a sociedade civil, passando da produção da clássica “cartilha ambiental”, derivada de TACs e condicionantes de licenciamentos, pela realização de audiências públicas, culminando com a internet. Sou daquela geração na qual os computadores não fizeram parte do cotidiano da infância e adolescência. Vejo na internet, contudo, a saída para a entediante comunicação através de ofícios, muitas vezes incessíveis ao cidadão comum, que visualiza o MP, principalmente o federal, muito distante. A atuação preventiva é a melhor forma para evitar a mácula ao meio ambiente, ainda mais quando se trata de patrimônio cultural, absolutamente irreversível. E a internet confere essa agilidade necessária para a troca de informação. Não há quem saia de meu gabinete sem levar meu e-mail para informar o que desejar.

## **Qual a importância das parcerias e da atuação conjunta entre os Ministérios Públicos Federal e Estadual, os órgãos de patrimônio, prefeituras, ONGS e as próprias comunidades?**

Sou uma entusiasta das parcerias entre Ministérios Públicos e entre estes e outros organismos. Há espaço, e necessidade, de atuação de todos. Tenho alguns litisconsórcios expressivos com o MPE, em ações em que há evidente interesse estadual e federal, paralelos. Procuo, ainda, manter conversação intensa com os órgãos de fiscalização estaduais e federais, lembrando que qualquer mácula ao meio ambiente afeta a todos. Veja que a maioria dos licenciamentos ambientais tem sua área diretamente afetada vinculada ao âmbito estadual ou local. Há diversos desses, contudo, em que patrimônio espeleológico ou arqueológico são afetados, ou mesmo nos quais os tombamentos federais poderão sofrer mácula. Há outros nos quais a intervenção afeta unidade de conservação federal. É impossível trabalhar sem conversar e, principalmente, sem respeitar aquele que deve ser seu parceiro. Iphan, Iepha, Suprams, Comans, ICMBio e IEF, dentre outros, devem trabalhar alinhados, assim como MPF e MPE.

Não posso olvidar, contudo, como operadora do Direito, que há o princípio constitucional da predominância de interesses: no mundo jurídico há interesses que são precipuamente federais, outros estaduais e outros municipais, e a administração pública segue essa divisão – e não hierarquia, devo ressaltar. O ideal, a meu ver, é a intensa troca de informações, a efetivação de trabalho conjunto respeitando atribuições para que não sejam geradas nulidades no futuro. Na mesma linha, e especificamente na área de patrimônio cultural, se um bem possui tombamento duplo, estadual e federal, por exemplo, creio ser desrespeitoso e potencial gerador de nulidades qualquer ato administrativo que autorize obras sem que o parceiro seja ouvido. Há espaço, trabalho e muitos problemas, infelizmente, para todos, sem necessidade de que vaidades superem a técnica. Noutro giro, ONGS e comunidade são nossos “olhos” em campo, informando, atuando e ajudando na preservação do meio ambiente.

## **É possível conjugar patrimônio e desenvolvimento? Dá para existir uma relação harmoniosa, por exemplo, entre crescimento e núcleos históricos, ou entre mineração e patrimônio natural?**

Sim, não somente é possível como necessário. A dicotomia entre preservação e desenvolvimento é uma falácia. Caso administrado com seriedade, e não somente sob uma ótica de lucros, o desenvolvimento certamente auxiliará na preservação. O problema é que, como asseverava Celso Furtado, crescimento e desenvolvimento não são sinônimos, e na maioria das vezes o que se verifica é o primeiro e não o segundo. Desenvolvimento implica em melhorias para a sociedade, aumento do IDH etc. Crescimento é tão somente aumento de lucros e problemas. Analisemos o crescimento dos núcleos urbanos tombados. Mais de 84% da população brasileira vive em núcleos urbanos e me parece um equívoco termos a pretensão de engessar aqueles tombados, impedindo seu desenvolvimento. Há seres humanos dentro dos imóveis, que têm pretensões de aumentar a família, de viver perto dos seus, de estudar em seu município ou arredores, e isto, por si só, justificaria um olhar diferente, em que se buscasse não somente a preservação, mas também a revitalização de áreas. O engessamento acaba gerando o falso histórico, a inserção do estrangeiro no cotidiano da cidade, em virtude de sua utilização apenas para o turismo.

A verdadeira participação da população nas políticas de preservação do patrimônio, nos planos diretores e nos licenciamentos ambientais poderá trazer a compatibilização que tanto desejamos. Nisso os empreendimentos novos podem auxiliar, e muito, pois trazem aporte de pessoas e capital às cidades. O que não pode ocorrer é a ausência de correto diagnóstico de impactos ambientais e a consequente dissociação das medidas compensatórias e mitigatórias. Se a mineradora será instalada nos arredores de Ouro Preto, ou haverá expansão em Congonhas, certamente haverá inchaço da cidade. Os lucros, portanto, devem ser repartidos, gerando, frise-se, desenvolvimento sustentável para a área. Um estudo de impacto ambiental aprofundado, no qual se inserem todas as vertentes de avaliação e se utiliza a melhor tecnologia para diagnosticar possíveis máculas é a base para a preservação nestes casos. Ainda, muito pouco se debate, ou ao menos não se faz com a seriedade devida, a possibilidade de alternativas locais para empreendimentos. É uma temática que merece aprofundamento.

## **Qual seu diagnóstico sobre o atual panorama da preservação do patrimônio cultural em Minas?**

Minas Gerais é uma joia. Merece cuidado todo especial por sua importância no panorama nacional e internacional. Creio que o Ministério Público tem dado importante contribuição ao fomentar e exigir que as avaliações de impactos ambientais considerem, também, os aspectos culturais. Ainda, há, contudo, uma evidente ênfase nas tratativas acerca do patrimônio material, nas edificações e monumentos, nos tombamentos. A Constituição Federal, 24 anos atrás, já havia afastado a valorização das edificações apenas por sua monumentalidade, como no decreto-lei 25/37. Foi além, conferindo a possibilidade de proteção através dos mais diversos instrumentos – administrativos, legislativos ou judiciais –, bem como ênfase aos valores identitários da população brasileira. E tais valores seguem, também, pela linha da preservação do patrimônio imaterial. Esse o grande desafio: avaliar corretamente a mácula ao patrimônio não somente material mas também ao intangível, ao que os olhos não vêem, mas o coração, certamente, sente.

# Cavaleiros e amazonas no Carnaval de Bonfim

**Q**ue o Carnaval é a maior festa popular do mundo todos já sabem. Mas, em Bonfim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a folia ganha outros ares com o tradicional Carnaval a Cavalos.

Festejado desde 1840, o Carnaval a Cavalos de Bonfim foi introduzido na cidade, um ano após sua fundação, pelo padre Chiquinho, vindo de Portugal, e empolgou moradores e turistas, que lotam a cidade durante a folia, chegando quase a dobrar a população. Inicialmente o folguedo seguiu a formação francesa de Carlos Magno, de 24 cavaleiros, 12 mouros e 12 cristãos. Mas um bispo (não se sabe seu nome ao certo) proibiu a realização das cavalhadas. Os cavaleiros bonfinenses continuaram a realizar a festa, sem o consentimento da Igreja Católica, modificando suas características e a transformando no Carnaval a Cavalos de hoje. Diferentemente das fantasias azuis dos cristãos e vermelhas dos mouros, os cavaleiros passaram a usar trajes de todas as cores.

Por três dias, cerca de 40 cavaleiros desfilam na Praça da Matriz, vestidos em fantasias de veludo bordadas a mão – semelhantes a roupas de príncipes – e fincam sua bandeira em plena Praça da Matriz. Fogos anunciam o início do desfile, ao som da banda de música de Bonfim, que toca as tradicionais marchinhas de Carnaval. Com confetes e serpentinas, disputam a atenção das pessoas e tentam atraí-las para participar da festa.

No encerramento do último dia há a “batalha de confetes e serpentinas”, onde os cavaleiros desmontam, tiram seus dominós (máscaras que lhes encobrem o rosto em todos os dias) e brincam com o povo. Após essa batalha, os cavaleiros montam novamente, recolhem sua bandeira e, com lenços brancos, despedem-se do povo.

Para participar do Carnaval é preciso ser nascido em Bonfim ou ser filho de bonfinense. Mas quem pensa que a brincadeira é apenas coisa de homem se engana, desde 1940 as amazonas conquistaram seu espaço na folia.



Diego dos Santos



Antonio Moura



Brenda Lara

^ Confira a programação da festa e o concurso de fotos no site:  
[www.carnavalacavalos.com.br](http://www.carnavalacavalos.com.br)

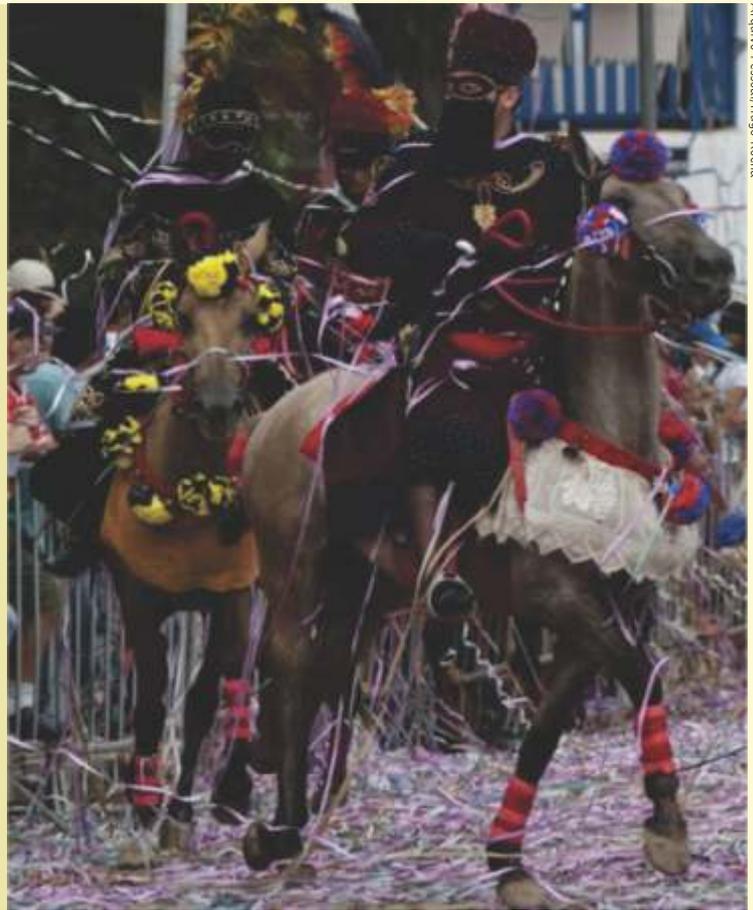
### Referência de infância

Estagiário de História da Gerência de Patrimônio Imaterial do Iepha, Hugo Rocha participa do Carnaval à Cavalos desde os nove anos. “É uma emoção muito grande e contagia toda a cidade e também os visitantes. É uma tradição que encanta os integrantes e alegra quem assiste. Comecei a participar, junto com um primo, por influência do meu padrinho. Mas um tio paterno e meu bisavô por parte de mãe também já foram cavaleiros na festa. É minha referência de infância”, revela Hugo, que se emociona ao falar do avô paterno, que nunca participou do Carnaval, mas se orgulha pelo neto ajudar a manter viva uma tradição tão forte em Bonfim.

Ainda no mês de janeiro, Hugo já começa a se preparar para a folia, escolhendo os cavalos (cada cavaleiro usa duas montarias durante os três dias), conseguindo um ajudante e fazendo as flores que vão adornar o cavalo. “Como monto sempre, prefiro cavalos mais selvagens e gordos (o último quesito é item obrigatório, segundo o estatuto do Clube do Carnaval à Cavalos de Bonfim).”

“Minha mãe me ajuda a fazer as flores de papel crepom – são três na cabeça, uma no rabo e cinco no peitoral. O ajudante é muito importante, principalmente durante o Carnaval, pois ele é responsável por alimentar, escovar e decorar o cavalo”, descreve.

Os cavaleiros e amazonas entram na Praça da Matriz em duas filas. Primeiro vem a diretoria de Clube e, em seguida, os membros mais antigos seguidos pelos mais novos. Todos recebem um número de acordo com o tempo de participação. “Em 2011 eu fui o número 20, mas acho que vou evoluir duas ou três posições porque algumas pessoas não vão participar este ano”, relata.



Arquivo Pessoal/Hugo Rocha



## PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

### Os cinco elementos da natureza – Coronel Fabriciano

O pequeno olhar desta edição é um detalhe do monumento *Os cinco elementos da natureza*, localizado na Praça da Estação, em Coronel Fabriciano. A obra, da artista plástica mineira Vilma Noël, representa a população como um quinto vértice, juntamente aos quatro elementos básicos da natureza: fogo, terra, água e ar. A antiga estação ferroviária do município, que foi fechada em 1979 e demolida em 1982 para dar lugar ao terminal urbano da cidade, em 2008, deu lugar à praça que hoje é um cartão postal de Fabriciano.

Na cidade também estão outras duas esculturas da artista. *Terra Mãe* é um dos mais conhecidos símbolos de Coronel Fabriciano e pode ser vista no trevo do município, sendo considerada o marco zero de todo o Vale do Aço. Já *Crianças do Mundo* foi um presente à ONG de mesmo nome e está localizada nos jardins da instituição.

Natural de Diamantina, Vilma Noël se destacou por fazer esculturas de grande porte em lugares públicos de todo o país, com especial concentração no Vale do Aço. Dentre os muitos destaques estão *Sinergia*, em Timóteo, e a pirâmide *Millenium*, em Ipatinga; ambas com dez metros de altura. Além disso, é autora da obra *Mãe África*, localizada no Zâmbia. Considerada símbolo do país, a escultura estampa o selo postal por lá.



Divulgação Prefeitura Coronel Fabriciano

## Fazenda que foi de Alvarenga Peixoto será restaurada

Um termo de compromisso firmado entre o Ministério Público de Minas Gerais, o município de Conselheiro Lafaiete e a mineradora Ferrous Resources do Brasil vai garantir a restauração da Fazenda Paraopeba e sua destinação cultural. O projeto de restauração da edificação, construída no século 18, e que pertenceu ao inconfidente Alvarenga Peixoto, deverá ser aprovado pelo lepha, para posterior apresentação ao Conselho de Patrimônio Histórico e Cultural de Conselheiro Lafaiete.



Reprodução <http://www.mp.mg.gov.br>

O primeiro passo será a desapropriação do imóvel, que inclui a sede da fazenda e seu entorno, para fins de pesquisa, recuperação e preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural. Para atender a esta finalidade, a edificação, que se encontra em estado precário de conservação, será adequada ao funcionamento de um centro de informações sobre a Estrada Real e a Inconfidência Mineira.

A mineradora vai arcar com o valor da desapropriação e irá executar medidas emergenciais para evitar o arruinamento do imóvel. Pelo termo de compromisso, a empresa também se compromete a elaborar e executar projeto

de restauração do conjunto arquitetônico e o plano de manejo e gestão da área, além de arcar com a estrutura para instalação do centro de informações.

### | O inconfidente

Inácio José de Alvarenga Peixoto, inconfidente e poeta, nasceu no Rio de Janeiro. Estudou em Portugal, onde se tornou doutor em leis pela Universidade de Coimbra.

Foi juiz na cidade de Cintra e regressou ao Brasil, em 1775, como ouvidor do Rio das Mortes, atual São João del Rei, e se casou com Bárbara Heliodora, a quem dedicou famosos versos.

Proprietário de lavras, Alvarenga Peixoto participou da Inconfidência Mineira por discordar das pesadas taxações impostas pelo Reino. Quando o movimento fracassou, foi levado para o presídio da Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro. Mesmo tendo negado sua participação na Inconfidência, foi condenado à morte, pena substituída pelo degredo em Angola, onde morreu em 1792.

## Festa de São João Batista é tradição em Arceburgo



Divulgação/Prefeitura de Arceburgo

^ Bênção dos animais que participam da cavalgada

Bem imaterial do patrimônio cultural de Arceburgo, desde o início de 2011, a Festa de São João Batista tem suas origens quando o município ainda era um pequeno povoado, que levava o nome do santo.

Conta-se que tudo teve início quando, no dia 24 de junho de 1893, o Coronel Cândido de Souza Dias, em cumprimento a promessa por uma graça alcançada, construiu, no terreno de sua propriedade, a Fazenda Fortaleza, uma pequena capela em homenagem ao santo de sua devoção, São João Batista.

Desde então, os festejos que celebram o santo acontecem todos os anos, sempre no dia 24 de junho. Atualmente, os dias de festividades são organizados com apoio da Prefeitura Municipal, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, do pároco monsenhor Enoque Donizete de Oliveira, da Igreja Matriz de São João Batista, e de um grupo de moradores, comprometidos em manter a tradição.

Um dos eventos mais populares do calendário na região de Arceburgo, a festa é realizada como forma não só de manter a identidade religiosa local, como também de propiciar um ambiente festivo, de integração para a comunidade.

São dez dias de comemorações, começando com a alvorada. Os festejos incluem missas, procissões, cavalgada, apresentações da Banda Fortaleza de Arceburgo e de conjuntos musicais regionais, e levantamento de mastros em comemoração a Santo Antônio, São João e São Pedro. No encerramento, um grande show pirotécnico colore o céu da cidade. Cantigas e barraquinhas de bebidas e comidas típicas não podem faltar, atraindo, além dos moradores locais, visitantes de municípios vizinhos.

## Centro Histórico de Santa Bárbara – Sede



Igreja de Nossa Senhora das Mêrces. A ornamentação é caracterizada pela substituição da talha pela pintura de perspectiva, como no forro que apresenta também pintura ilusionista, simulando pilastras e muro parapeito.

### | Igreja Matriz de Santo Antônio

Não se sabe ao certo a data de início de sua construção. Provavelmente remonta às primeiras décadas do século 18, pois em 1724 Santa Bárbara foi elevada à paróquia colativa. A matriz é um harmonioso conjunto ornamental típico da arquitetura colonial mineira, ilustrando o protótipo português da “igreja forrada de ouro”. A pintura do forro da capela-mor, de autoria de Mestre Athayde e datada de 1806/1807, é considerada pelos especialistas como uma das obras-primas do gênero no Brasil.

A igreja passou por três grandes obras: a primeira de data desconhecida, a segunda por volta de 1749 até 1752, e a última, que teve início em 1760, quando a edificação estava em péssimo estado de conservação, e resultou na alteração da fachada e interior, enfatizando marcas da época e estilo diferente.

### | Igreja Nossa Senhora do Rosário

Sua construção começou em 1756, por iniciativa da Irmandade do Rosário de Santa Bárbara. Ela tem um estilo arquitetônico interessante, destacando-se sua fachada semelhante à proa de um navio. A pintura de perspectiva aparece como opção em substituição ao trabalho de escultura.

O município de Santa Bárbara, a 105 quilômetros de Belo Horizonte, foi fundado pelo bandeirante paulista Antônio Bueno, em 1704, quando percorria a região em busca de ouro.

O Centro Histórico do antigo arraial de Santo Antônio do Ribeirão de Santa Bárbara guarda ainda significativos testemunhos do primitivo traçado urbano e de suas primeiras edificações, apesar das transformações resultantes do desenvolvimento econômico. Para proteger esse patrimônio e salvaguardar apenas áreas de interesse – ao invés de um conjunto contínuo, que incluiria edificações, equipamentos e trechos urbanos sem maior significado histórico ou artístico – o Centro Histórico de Santa Bárbara foi dividido em seis áreas de preservação e tombado pelo Iepha em 1989.

Nas áreas tombadas estão a Matriz de Santo Antônio, as igrejas das Mêrces e de São Francisco, as capelas do Rosário e do Bonfim, os prédios da prefeitura, da cadeia, do antigo Correios e Telégrafos, além da estação ferroviária e da “Ruína de Pedras”, popularmente conhecida como Hospital Velho.

### | Antiga sede dos Correios e Telégrafos

Localizada no Largo do Rosário, a antiga residência do padre Lucindo de Souza Coutinho, que hospedou a agência dos Correios e Telégrafos, é o melhor exemplar de arquitetura civil do período colonial em Santa Bárbara.

A estrutura da casa é autônoma, de madeira, com paredes de pau-a-pique; a do porão, toda em alvenaria de pedras; as paredes do fundo foram reconstruídas em alvenaria de tijolos. A fachada principal, simétrica e bem harmoniosa, apresenta como elemento marcante a bela portada central em madeira delicadamente talhada.

### | Capela da Arquiconfraria do Cordão de São Francisco

No final do século 18, a Arquiconfraria do Cordão de São Francisco construiu seu próprio templo, estando registrado nas despesas relativas de 1782 um pagamento “de madeiras e oficiais para a nova capela”. Ela está situada no alto de uma elevação, de onde se tem bela vista da cidade, destacando-se ao longe a fachada principal da matriz, a lateral da capela do Rosário e, mais acima, a



Fotos Daniela Almeida

Por imposição do Vaticano, durante muitos anos, somente negros, mulatos e mestiços participavam das celebrações. Segundo a lenda, o padre Lucindo utilizava de um túnel cavado por escravos fugidos para se deslocar de casa para a igreja, longe dos olhares curiosos da população.

### | Ruína de Pedras – Hospital Velho

Trata-se de uma imponente obra de arquitetura inacabada, em alvenaria de pedra e apurados detalhes de cantaria nas cercaduras dos vãos. Seu tombamento se justifica pela qualidade técnica e artística e por seu testemunho da evolução social e construtiva da cidade.

# Zé Pereira, tradição antiga no Carnaval



A diversão carnavalesca conhecida por Zé Pereira tem origem portuguesa. Os Zés-Pereiras são característicos das festas e romarias do Norte de Portugal, principalmente nas regiões do Entre Douro e do Minho. Os grupos desfilam pelas ruas, tocando instrumentos de percussão – caixas, timbales, bumbos, pífaros e gaitas-de-foles.

Com mais de 140 anos de existência, o bloco Zé Pereira dos Lacaio, de Ouro Preto, é tido como desdobramento do mais antigo do Brasil. Conta a história que tudo começou com um português, chamado José Nogueira Paredes, residente no Rio de Janeiro, na época do Império. Em 1846, decidido a participar da folia, ele teria desfilado pelas ruas, no primeiro dia de Carnaval. Por ser muito gordo, precisou da ajuda de outros dois homens, pois não conseguia carregar a caixa que tocava.

O povo se empolgou e, logo atrás do trio, passou a seguir uma turma de foliões e músicos. Em 1867, como José Nogueira mudou-se para Ouro Preto – para trabalhar no Palácio de Governo –, trouxe o festejo, já tradicional, com ele. Assim nasceu o Bloco Zé Pereira Clube dos Lacaio, organizado por funcionários do Palácio. O nome Lacaio referia-se aos puxa-sacos e seus fraques e cartolas, que se tornaram marca registrada do bloco ouro-preitano.

Ao longo do tempo, o bloco mantém suas características originais, com os catitões (grandes bonecos) e os carias (pequenos diabos), que vão tirando faíscas do calçamento com lanças. Os três bonecos tradicionais – Zé Pereira, uma baiana e um catitão – foram feitos na década de 1960 e a eles se juntam outras figuras populares e personagens históricos, como Sinhá Olímpia e Tiradentes.

Em Mariana, cidade vizinha a Ouro Preto, a tradição também está presente com o bloco Zé Pereira da Chácara, famoso por seus bonecos gigantes. Eles chegam a medir três metros de altura e pesar em torno de 30 quilos, feitos artesanalmente, com bambu, sisal, jornal e grude. Mantendo a tradição, os catitões representam personalidades e figuras conhecidas da cidade.

## | Origem em versões diversas

Apesar de não negarem a influência lusitana na criação do Zé Pereira, alguns estudiosos do Carnaval, discordam da versão que atribui a José Nogueira seu surgimento. Os autores defendem que uma série de influências contribuiu para o aparecimento dessa festa carnavalesca. As referências sobre o tema na literatura carnavalesca são desencontradas. Algumas apontam o surgimento do Zé Pereira em 1846 (Moraes, 1987), em 1852 (Edmundo, 1987) ou em 1846, 1848 e 1850 (Araújo, 2000).

Segundo os estudos, na segunda metade do século 19, o termo Zé Pereira era usado para qualquer tipo de agitação carnavalesca acompanhada de zabumbas e tambores. Um momento importante na fixação da brincadeira na folia carioca teria sido a encenação, em 1869, de uma sátira carnavalesca intitulada *O Zé Pereira carnavalesco*. O sucesso da apresentação – uma adaptação livre da peça *Les pompiers de Nanterre* – deveu-se, principalmente, à versão para o português da música-tema francesa que se transformaria num verdadeiro hino carnavalesco, sendo tocado até hoje:

“E viva o Zé Pereira/Pois a ninguém faz mal  
E viva a bebedeira/Nos dias de Carnaval”



Fotos: Maria Virginia/Prefeitura de Ouro Preto

## ^ Referências

ARAÚJO, Hiram. *Carnaval: seis milênios de história*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2003./CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *Carnavais e outras f(r)estas*. Campinas: Editora Unicamp, 2002./EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Xenon, 1987./FERREIRA, Felipe. *O livro de ouro do carnaval brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005./MORAES, Eneida de. *História do carnaval carioca*. Rio de Janeiro: Record, 1987./[http://www.collectors.com.br/CS06/cs06\\_03zp.shtml](http://www.collectors.com.br/CS06/cs06_03zp.shtml)